



Apoio à campanha salarial da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Of. PR 08.05.91

CONSIDERANDO ser justa e merecedora a reivindicação do Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no que diz respeito ao reajuste salarial;

CONSIDERANDO que todas as categorias de trabalhadores merecem ter seus vencimentos adequados aos riscos corridos no exercício de seu labor;

CONSIDERANDO todo o bem-estar proporcionado aos cidadãos de bem por esta valorosa corporação;

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do soberano Plenário, esta **Moção de APOIO** à campanha salarial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dando-se ciência desta deliberação ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, bem como a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 09/08/2005

ANA TONELLI



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

Excelentíssima Senhora
Vereadora Ana Tonelli
Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí
Jundiaí – SP

São Paulo, outubro de 2005.
DÊ-SE VISTA AO AUTOR.
Marquês
Presidente
25/10/05
Protocolo: 23968/05/ml

Prezada Presidente,

Agradecemos o envio do Of.PR 08/05/91 endereçado ao Governador Geraldo Alckmin, pelo qual a Presidência desse Legislativo manifesta o seu apoio às reivindicações dos Policiais Militares e Pensionistas da Polícia Militar, de reposição das perdas salariais.

Consultamos a Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos, que se manifestou a respeito do assunto encaminhando-nos a Informação UCRH nº 597/2005 prestadas pela Unidade Central de Recursos Humanos da Casa Civil, conforme segue:

"Informação UCRH nº 597/2005

Versa o expediente sobre questão salarial dos servidores estaduais, encaminhada a esta Unidade Central de Recursos Humanos pelo Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa.

Informamos que o Senhor Governador Geraldo Alckmin anunciou no dia 25 de setembro p.p. aumentos salariais de até 16% para categorias do funcionalismo do Poder Executivo Estadual. O aumento será encaminhado à Assembléia Legislativa, na forma de um projeto-de-lei.

Entre as categorias beneficiadas estão professores da rede estadual e do Centro Paula Souza, policiais civis e militares, funcionários da saúde, pesquisadores científicos e agentes penitenciários, entre outras, e abrange 931.421 servidores, 98,8% do pessoal, entre ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

O piso salarial do Estado foi elevado de R\$ 470,00 para R\$ 510,00 e os aumentos valerão a partir de setembro.

Para a área de Segurança Pública os principais efeitos são os seguintes: reajuste de 10% nos vencimentos das carreiras policiais (Polícia Militar, Polícia Civil e Delegados de Polícia).

O custo do aumento geral, incluindo os demais servidores, é estimado em R\$ 722 milhões, ainda no exercício fiscal de 2005, e de R\$ 1,8 bilhão para 2006, o que significa um impacto na folha de salários de 10,5%, com aumento mensal de dispêndio com pessoal de R\$ 136,3 milhões. O reajuste atende o disposto na Lei de responsabilidade Fiscal, uma vez que a Relação de Despesa Líquida com Pessoal /Receita Corrente Líquida do Poder Executivo, no exercício de 2006, deverá permanecer abaixo do limite prudencial, a partir do qual são impedidas novas contratações ou a concessão de reajustes.

G.T.11/28/09/05.

IVANI MARIA BASSOTTI/COORDENADORA/UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS"

Em face dos esclarecimentos prestados, aproveitamos a oportunidade para enviar à Nobre Presidente desse Legislativo os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
SÉRGIO SICILIANO
Subsecretário de Relações de Governo